

Relatório Anual 2017



ÍNDICE

1. Resumo do Relatório Anual	3
2. Mensagem da Diretoria	4
3. Principais Números do Plano	5
4. Demonstrativo de Investimentos	6
5. Política de Investimentos	12
6. Demonstrações contábeis consolidadas	13
7. Informações segregadas sobre as despesas do plano de benefícios	20
8. Parecer atuarial do plano de benefícios	21
9. Relatório de Auditores Independentes	24
10. Parecer do Conselho Fiscal	28
11. Manifestação do Conselho Deliberativo	29
12. Missão, Visão e Valores	30
13. Membros Conselhos Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva, Corpo Administrativo e Parceiros	31
14. Canais de Atendimento	33
15. Parceria Estratégica	34
16. Instituidores	34

1. Resumo

A apresentação dos resultados de um trabalho realizado durante todo o ano é sempre desafiador, mobiliza toda a equipe da OABPrevGO/TO. A meta de reunir realizações vai além da prestação de contas ou do atendimento aos preceitos que regem o setor previdenciário brasileiro. Para a OABPrevGO/TO, o relato das atividades traduz o compromisso com o participante e com a transparência das nossas ações, na busca permanente por transformar em realidade o sonho de cada associado que nos confia o seu futuro. Nas páginas deste Relatório, é apresentado o crescimento registrado em 2017, que mais uma vez ultrapassou as expectativas, superando as instabilidades econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelo país. A OABPrevGO/TO encerrou o último ano com 4.682 Participantes protegidos pelo seu Plano previdenciário que realizaram contribuições para o plano acima de R\$ 13 Milhões, receberam mais de R\$ 6 milhões em aposentadorias ou pagamentos de institutos, além de ultrapassar R\$ 97 Milhões em patrimônio.

São números que reforçam a evolução vivida pela Entidade e que demonstram a segurança de suas operações, fortalecendo o relacionamento da entidade e seus participantes. Os índices de crescimento também comprovam claramente a confiabilidade e a credibilidade conquistadas pela OABPrevGO/TO.

Em janeiro de 2017 obtivemos a aprovação e publicação do nosso novo regulamento de benefícios, onde dentre as principais mudanças regulamentadas foram realizadas adequações à resolução CNPC 23/2015, e também a possibilidade do pagamento de benefício por percentual de saldo de contas de 1% a 3%, para todos os tipos de aposen-

tadoria do plano por livre escolha do participante.

A Entidade também vem trabalhando cada dia mais para alcançar a excelência em seus canais de relacionamento. Contamos com a área restrita do site e a Central de Relacionamento, que disponibiliza atendimento através de telefone, chat, e-mail, whatsapp, além de estarmos presente nas redes sociais. Obtivemos no ano de 2017 expressivos 12.700 atendimentos concluídos. Em qualquer um desses meios, é possível buscar informações sobre o plano de forma fácil e ágil.

A OABPrevGO/TO conta com profissionais de diferentes áreas que vêm construindo sua história com a Previdência Associativa. A equipe é composta por 6 funcionários alocados em 4 Departamentos (Investimentos, Relacionamento, Administrativo e Financeiro). A estrutura está consistente pela prática de Governança Corporativa, que tem por finalidade preservar todos os direitos dos participantes e Instituidores, cuidando da segurança nas operações, zelando pela transparência, promovendo a proteção social previdenciária em cumprimento à missão da Entidade.

Estamos prontos para novos desafios e reafirmamos, para 2018, nosso compromisso com todos os Participantes. Seguimos nosso trabalho com motivação, seriedade e em constante aprimoramento. Conte sempre com a Equipe OABPrevGO/TO!

Boa leitura!

**Em cumprimento a Instrução nº 13/2014, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o Relatório Anual de Informações do OABPrev GO/TO será disponibilizado exclusivamente no site da instituição (www.OABPrevGO/TO.org.br).*

2. Mensagem da Diretoria

O ano de 2017 foi de consolidação e conquistas para todos da OABPrev GO/TO. Após a aquisição da sede própria em 2016, voltamos nosso olhar para as áreas de governança e controles internos.

Em consonância com guias de boas práticas voltadas para Entidades Fechadas de Previdência Complementar e reafirmando nosso compromisso com os participantes, aprovamos, em julho de 2017, o Manual de Governança e Código de Conduta Ética. Alinhado a isso, como prova do nosso comprometimento com a **rentabilidade**, a meta atuarial (INPC + 5%) novamente foi superada, alcançando 11,03% de rentabilidade líquida contra 7,04% do índice em referência – elevando o patrimônio para a casa dos 97 milhões.

Cientes da importância ímpar que o associado representa à Entidade, o ano de 2018 chegou trazendo diversas inovações, como o lançamento do Programa de Fidelização OABPrev – Clube de Vantagens, que oferece descontos e condições especiais aos associados e beneficiários em empresas de segmentos variados.

As novidades não param por aí. Atentos ao bem-estar de seus futuros assistidos, a OABPrevGO/TO/TO saiu na vanguarda ao lançar dois projetos

de incentivo à qualidade de vida e ao bem-estar. São eles: **Medida Certa**, com foco em reeducação alimentar, e **correndo para o Futuro**, que visa incentivar a prática de esportes.

Os programas são voltados para associados ativos e assistidos e para maiores informações: acesse aqui.

Entendemos também a relevância da criação de uma cultura previdenciária entre os advogados, sendo assim, seguimos trabalhando para a conscientização da importância de acumular recursos a longo prazo.

Diante desse desafio, o Movimento Goiano de Previdência Complementar foi criado. Ele é o resultado de uma parceria da Entidade com a Fundação Celg de Seguros e Previdência (Eletra), a Fundação de Previdência dos Empregados da Saneago (Prevsan) e a Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás (Prevcom-GO), que visa disseminar por todo o Estado a importância do planejamento financeiro para o complemento de renda no futuro.

Agradecemos aos participantes, instituidores e assistidos toda a confiança depositada em nossos serviços e frisamos o compromisso na busca por uma evolução constante e resultados de excelência.



Enil Henrique de Souza Neto
Diretor Presidente

Keila Cristina Eustáquio
Diretora Adm Financeira

Samuel Junio Pereira
Diretor de Benefícios

3. Principais Números do Plano em 2017

ITEM	2017
Número de participantes	4638
Número de participantes assistidos	24
Número de pensionistas	20
Total	4682



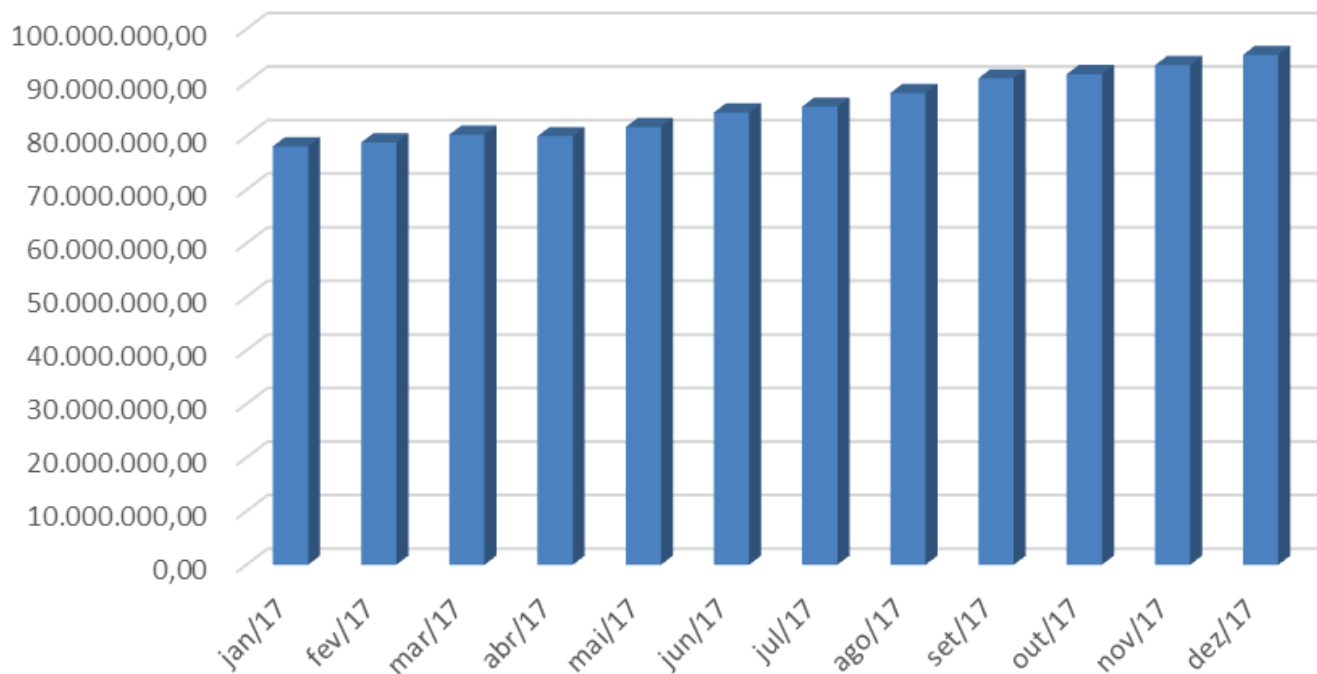
4. Demonstrativo de Investimentos

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA		
RENTA FIXA		8,26%
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP		440.845,36
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M FI		1.947.794,70
DELTA FIC RENTA FIXA CRÉDITO PRIVADO		1.915.271,63
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENTA FIXA		677.030,73
NOVERO IMOBILIÁRIO FI RENTA FIXA CRÉDITO PRIVADO		1.770.336,30
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC REFERENCIADO DI		1.109.004,27
		7.860.282,99
RENTA VARIÁVEL		0,0%
INVESTIMENTOS MULTIMERCADO		90,47%
GAP OABPREVGO/TO/TO FI MULTIMERCADO		25.644.572,90
MÉRITO I FIC MULTIMERCADO		6.326.928,60
MONGERAL AEGON OABPREV GO FI MULTIMERCADO		20.955.540,21
TC OABPREVGO/TO/TO FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO		33.189.169,76
		86.116.211,47
PGA		1,27%
RENTA FIXA		
GAP YIELD FI RENTA FIXA		512.358,33
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP		695.056,26
		1.207.414,59
	100,00%	95.386.249,99

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - PLANO	Dec-17	% PL	Resol. 3792	Política OABPrev
REDA FIXA	4.174.675,06	4,38%	100%	100%
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	440.845,36	0,46%		
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M FI	1.947.794,70	2,04%		
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	677.030,73	0,71%		
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC REFERENCIADO DI	1.109.004,27	1,16%		
MULTIMERCADOS EXCLUSIVOS	79.789.282,87	83,65%	100%	100%
GAP OABPREVGO/TO/TO FI MULTIMERCADO	25.644.572,90	26,88%		
MONGERAL AEGON OABPREV GO FI MULTIMERCADO	20.955.540,21	21,97%		
TC OABPREVGO/TO/TO FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	33.189.169,76	34,79%		
CRÉDITO PRIVADO	3.685.607,93	3,86%	80%	80%
DELTA FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.915.271,63	2,01%		
NOVERO IMOBILIÁRIO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.770.336,30	1,86%		
REDA VARIÁVEL	-	-	-	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	6.326.928,60	6,63%	20%	20%
MÉRITO I FIC MULTIMERCADO	6.326.928,60	6,63%		
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - PGA	Dec-17	% PL	Resol. 3792	Política OABPrev
REDA FIXA	1.207.414,59	1,27%	100%	100%
GAP YIELD FI RENDA FIXA	512.358,33	0,54%		
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	695.056,26	0,73%		
CONTA CORRENTE	202.340,94	0,21%	-	-
TOTAL DE INVESTIMENTOS	95.386.249,99			

Evolução dos Investimentos



MÊS	INVESTIMENTOS
jan/17	78.106.966,24
fev/17	78.813.760,49
mar/17	80.281.357,95
abr/17	79.999.582,07
mai/17	81.707.057,43
jun/17	84.427.017,21
jul/17	85.508.873,82
ago/17	88.054.002,10
set/17	90.808.727,21
out/17	91.567.414,91
nov/17	93.234.685,33
dez/17	95.183.909,05

O ano de 2017 foi bastante positivo para os ativos de risco. Além disso, com exceção da enorme volatilidade gerada pela divulgação do áudio da conversa entre Joesley Batista e o Presidente Michel Temer, os ativos apresentaram volatilidade baixa, em linha com o baixo risco no mercado externo.

Destacamos o bom desempenho do IFRM, que representa o mercado pré-fixado, em linha com a forte queda dos juros ao longo de 2017. Lembremos que, ao final de 2016, o mercado esperava que a Taxa SELIC estivesse próxima a 10% no final de 2017 – a SELIC terminou o ano em 7%.

Fatores estes que contribuíram para o bom desempenho do IFIX, que representa a indústria de fundos imobiliários. O impacto dessa contribuição deve ser levado em conta quando da decisão de novas alocações nesse segmento.

A forte queda dos juros influenciou toda a curva pré-fixada, mas foi sensível na parte curta da mesma – o que nos parece muito coerente, uma vez que as principais reformas estruturais ainda não foram aprovadas.

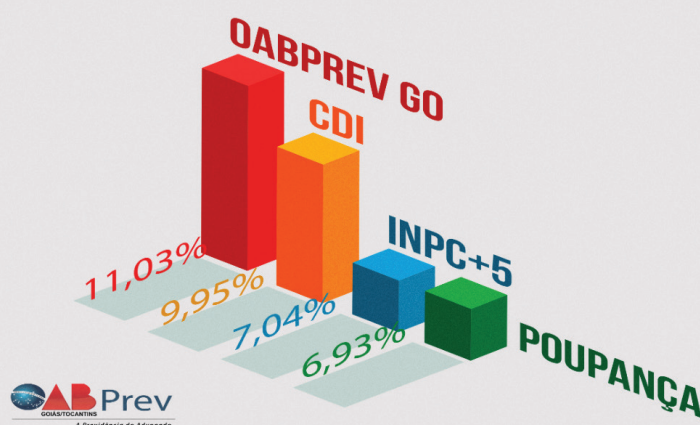
Diante deste contexto, a OABPrevGO/TO mantém a cautela e acredita que novas oportunidades devem surgir ao longo do ano de 2018, através de investimentos em ativos com um maior grau de volatilidade, visto a queda iminente da taxa básica de juros do Brasil.

Com isso, a curva de cupom de IPCA também apresentou fechamento mais forte em sua parte curta. Isso explica, em parte, o bom desempenho em 2017 dos Fundos de Pensão na Renda Fixa.

Outro ponto que merece destaque é a inflação. Ao final de 2016, a expectativa para o IPCA em 2017 girava em torno de 5%. O índice fechado ficou em 2,95%, abaixo do piso da meta e contribuiu fortemente para a queda adicional da SELIC.

Com base na política de investimento adotada pela OABPrevGO/TO/TO, obteve-se resultados satisfatórios, principalmente se comparados ao cenário econômico. Com rentabilidade da cota líquida em 11,03%, a OABPrevGO/TO/TO superou com folga a meta atuarial INPC+5% (7,04%), bem como o CDI (9,95%), além de produtos financeiros como a Poupança, que atingiu seu melhor resultado em 2017 dos últimos 11 anos (6,93%). O resultado obtido se deve a escolha de momentos oportunos para alocações e remanejamento das carteiras de investimentos, assim como adesão de novos produtos de melhor rentabilidade e risco aceitável ao perfil do plano.

RESULTADOS OABPREV 2017



CUSTOS OPERACIONAIS DOS FUNDOS INVESTIDOS - 2017

DESPESAS	VALOR
Taxa de Administração	-R\$ 266.675,91
Taxa de Performance	-R\$ 240.232,63
BVSP a Receber/Pagar (Fatura da BOVESPA)	-R\$ 27.838,45
BM&F a Receber/Pagar (Corretagens e Emolumentos BM&F)	-R\$ 12.414,05
Dividendos a Receber	R\$ 134.317,21
Juros a Receber	-R\$ 60.445,30
Despesa de BM&F	-R\$ 8.327,31
Despesa de Cartório	-R\$ 2,19
Despesa de Taxa de Auditoria	-R\$ 46.705,54
Despesa de Taxa de Custódia	-R\$ 27.360,76
Despesa de Taxa de Fiscalização - CVM	-R\$ 28.310,40
Despesa de Taxa de Publicação ANBID	-R\$ 2.838,00
Despesa de Taxa de Util, SELIC	-R\$ 1.310,46
Despesa de Taxa de Util, CETIP	-R\$ 40.080,03
Despesas c/ Correspond, e impressos	-R\$ 26,68
Despesas com Corretagem	-R\$ 5,85
Despesas Bancárias	-R\$ 2.458,24
Taxa CBLC	-R\$ 34,13
Total	-R\$ 630.748,72

* Despesas Operacionais Fundos Exclusivos

RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES, GESTORES E CUSTODIANTES

Nome	Administrador	Custodiante	Gestão
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	Caixa Econômica Federal	Caixa Econômica Federal	Caixa Econômica Federal
ITAÚ SOBERANO FI REFERENCIADO DI LP	Itaú Unibanco	Itaú Unibanco	Itaú Unibanco
DELTA FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	BNY Mellon Serviços Financeiros	BNY Mellon Banco	Novero Investimentos
NOVERO IMOBILIÁRIO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO			
GAP YIELD FI RENDA FIXA			GAP Gestora de Recursos
GAP OABPREVGO/TO/TO FI MULTIMERCADO			
MONGERAL AEGON OABPREV GO FI MULTIMERCADO		Banco Bradesco	Mongeral Aegon Investimentos
TC OABPREVGO/TO/TO FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	Geração Futuro		TC Consultoria e Administração
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC REFERENCIADO DI	Banco Santander	Santander Securities Services	Santander Brasil Gestão de Recursos
MÉRITO I FIC MULTIMERCADO	Planner Corretora	Planner Corretora	TC Consultoria e Administração
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M TÍTULO	BB Gestão de Recursos DTVM	Banco do Brasil	BB Gestão de Recursos DTVM

5. Política de Investimentos do OABPREV-GO 2017

Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás, e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás

OBJETIVO

A política de investimento tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para a gestão de investimentos do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Goiás, e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPrev-GO, que disciplinem os métodos e as ações referentes aos processos decisórios e operacionais de gestão da sua Carteira de Investimentos, em conformidade com a legislação aplicável.

O OABPrev-GO administra o Plano de Benefícios ADV-PREV (CNPB 20.060.008-29) Instituído pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Goiás, e pela CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, e as diretrizes da política se aplica também ao Plano de Gestão Administrativa - PGA

ALOCÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Os investimentos do OABPrev-GO, no ano de 2017, obedecerão aos limites definidos pela Res. CMN 3.792, abaixo discriminados:

SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	PONTO ÓTIMO	LIMITE SUPERIOR	LIMITE RES 3792	RETORNO ESPERADO
R. FIXA	50%	85,00%	100%	100%	11,67%
R. VARIÁVEL	0%	0%	30%	70%	7,00%
ESTRUTURADOS	0%	10,00%	20%	20%	12,00%
IMÓVEIS	0%	0%	8%	8%	6,50%
EMPRÉSTIMOS	0%	0%	15%	15%	-
TOTAL					11,44%
META ATUARIAL					11,00%
SUPERÁVIT ESPERADO (descontada a meta atuarial)					0,44%

Com base nos cenários esperados, foi determinada a alocação descrita no quadro acima que oferece, numa visão de curto prazo, uma expectativa de geração de superávit dentro de um risco considerado suportável para as divergências entre rentabilidade dos ativos e rentabilidade mínima atuarial. Para o longo prazo, haverá forçosamente a necessidade de estratégias mais arrojadas de alocação. [Clique aqui e leia Política de Investimentos de 2017 na íntegra.](#)

6. Demonstrações Contábeis

I - BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	nota	2017	2016	PASSIVO	nota	2017	2016
Disponível	2.1	226	307	Exigível operacional		483	545
Realizável		95.201	77.115	Gestão Previdencial	2.4.1	390	423
Gestão Previdencial		10	10	Gestão Administrativa		93	122
	2.2.1				2.4.2		
Gestão Administrativa	2.2.2	7	4	Patrimônio Social	2.6	97.015	78.970
Investimentos		95.184	77.101	Patrimônio de Cobertura do Plano		93.810	76.113
	2.2.3				2.6.1		
Fundos de Investimento		95.184	77.101	Provisões Matemáticas		93.810	76.113
Permanente		2.071	2.093	Benefícios Concedidos		8.602	7.811
	2.3						
Imobilizado		2.071	2.093	Benefícios a conceder		85.208	68.302
				Fundos		3.205	2.857
				Fundos Administrativos		3.205	2.857
					2.6.2		
TOTAL DO ATIVO		97.498	79.515	TOTAL DO PASSIVO		97.498	79.515

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	78.970	63.650	24,07%
1. Adições	26.556	22.857	16,18%
(+) Contribuições Previdenciais	15.601	10.714	45,61%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.746	9.478	-7,72%
(+) Receitas Administrativas	2.127	2.492	-14,65%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	82	173	-52,60%
2. Destinações	-8.511	-7.537	12,92%
(-) Benefícios	-6.650	-5.980	11,20%
(-) Despesas Administrativas	-1.861	-1.557	19,52%
3. Acréscimo/Decréscimo No Patrimônio Social (1+2)	18.045	15.320	17,79%
(+/-) Provisões Matemáticas	17.697	14.212	24,52%
(+/-) Fundos Administrativos	348	1.108	-68,59%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	97.015	78.970	22,85%

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	76.113	61.901	22,96%
1. Adições	24.398	20.290	20,25%
(+) Contribuições	15.652	10.812	44,75%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.746	9.478	-7,72%
2. Destinações	-6.701	-6.078	10,25%
(-) Benefícios	-6.650	-5.980	11,20%
(-) Custeio Administrativo	-51	-98	-47,96%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	17.697	14.212	24,52%
(+/-) Provisões Matemáticas	17.697	14.212	24,52%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	93.810	76.113	23,25%
C) Fundos não Previdenciais	348	1.108	-68,59%
(+/-) Fundos Administrativos	348	1.108	-68,59%

* Em 2016 a alinea C foi apresentada com o saldo da conta Fundos Administrativos. A Instrução PREVIC nº 25 determina que deve ser apresentado o movimento da referida conta. Para esta demonstração, valor foi corrigido.

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
1. Ativos	97.405	79.393	22,69%
Disponível	213	307	-30,62%
Recebível	3.215	2.908	10,56%
Investimento	93.977	76.178	23,37%
Fundos de Investimento	93.977	76.178	23,37%
2. Obrigações	390	423	-7,80%
Operacional	390	423	-7,80%
3. Fundos não Previdenciais	3.205	2.857	12,18%
Fundos Administrativos	3.205	2.857	12,18%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	93.810	76.113	23,25%
Provisões Matemáticas	93.810	76.113	23,25%

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
A Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.857	1.749	63,35%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.209	2.665	-17,11%
1.1. Receitas	2.209	2.665	-17,11%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	51	98	-47,96%
Custeio Administrativo dos Investimentos	335	356	-5,90%
Receitas Diretas	1.741	2.038	-14,57%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	82	173	-52,60%
2. Despesas Administrativas	-1.861	-1.557	19,52%
2.1. Administração Previdencial	-1.848	-1.557	18,69%
Pessoal e Encargos	-400	-360	11,11%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-73	-	-
Viagens e Estadias	-36	-41	-12,20%
Serviços de Terceiros	-355	-241	47,30%
Despesas Gerais	-838	-770	8,83%
Depreciações e Amortizações	-38	-16	137,50%
Tributos	-108	-129	-16,28%
2.2. Administração dos Investimentos	-13	-	-
Serviços de Terceiros	-13	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	348	1.108	-68,59%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	348	1.108	-68,59%
B Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	3.205	2.857	12,18%

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DESCRIÇÃO	2017	2016	variação %
Provisões Técnicas (1+4)	94.200	76.536	23,08%
1. Provisões Matemáticas	93.810	76.113	23,25%
1.1. Benefícios Concedidos	8.602	7.811	10,13%
Contribuição Definida	8.602	7.811	10,13%
1.2. Benefícios a Conceder	85.208	68.302	24,75%
Contribuição Definida	85.208	68.302	24,75%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	85.208	68.302	24,75%
4. Exigível Operacional	390	423	-7,80%
4.1. Gestão Previdencial	390	423	-7,80%

1. Contexto operacional

1.1. Apresentação

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - OABPREV- GO é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), constituída sob a forma de sociedade civil e sem fins lucrativos, estruturada na forma do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, autorizada a funcionar pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 329, de 01 de março de 2006, com autonomia administrativa e personalidade jurídica de direito privado.

São Instituidores a OAB-GO - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Goiás, CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, OAB-TO - Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Tocantins, CAATO - Caixa de Assistência dos Advogados do Tocantins.

O OABPrev GO/TO tem sede e foro na cidade de Goiânia, estado de Goiás, podendo manter escritórios, agentes ou representações locais e regionais em qualquer parte do território nacional.

O OABPrev GO/TO tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por instituidores ou patrocinadores, mediante contribuição de participantes, de empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitando a

legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos.

Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev GO/TO não distribui dividendos, aplica seus recursos em observância a Resolução CMN 3.792 e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

1.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 são apresentadas pelo OABPrev GO/TO de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos editados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às EFPCs, (ITG 2001) aprovada pela Resolução CFC Nº 1.272/10 referendadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que for pertinente, a legislação específica, que compreendem as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores (PREVIC) das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

O OABPrev GO/TO apresenta mensalmente os balancetes dos planos de benefícios e de gestão administrativa, além do balancete consolidado, segregando os registros contábeis dos planos de benefícios previdenciais administrados pela EFPC, segundo a natureza e a finalidade das transações. Os balancetes mensais são enviados ao órgão fiscalizador vide regulamentação.

Todos os valores das demonstrações contábeis estão apresentados em milhares de reais e os arredondamentos foram feitos de maneira a aproximar os valores quando totalizados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas em 02 de março de 2018 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

1.3. Sumário das principais práticas contábeis

A Contabilidade do OABPrev GO/TO é elaborada respeitando a autonomia patrimonial do plano de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdenciais administrado pela Entidade, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar as atividades destinadas à realização de funções predeterminadas.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas

consistentemente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Moeda funcional de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do OABPrev GO/TO são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o fundo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ mil que é a moeda funcional da EFPC.

Mudança de práticas contábeis

O OABPrev GO/TO adota métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, sendo que as modificações relevantes decorrentes da alteração do normativo contábil são evidenciadas em notas explicativas quando aplicável, com a quantificação dos efeitos nas demonstrações contábeis.

No quadro III DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS, em 2016 a alínea C foi apresentada com o saldo da conta Fundos Administrativos, enquanto a Instrução PREVIC nº 25 determina que deve ser apresentado o movimento da referida conta. Desta forma, para esta demonstração contábil, foi realizado a correção do valor.

a) Registros contábeis das contribuições de participantes

Os registros contábeis relativos as contribuições de participantes vinculados ao plano de contribuição definida são escrituradas com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução MPS/CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011.

b) Reconhecimento de resultados

O regime adotado para todos os registros contábeis, como receitas, despesas, adições, deduções e variações positivas e negativas, foi de Competência do Exercício, isso significa que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

O registro das despesas administrativas é feito por meio de sistema de alocação direta, combinada com rateio de despesas comuns à administração previdencial e de investimentos.

c) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado.

Os bens são depreciados pelo método linear. As taxas de depreciação estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens, que se baseia pela Instrução Normativa SRF nº 162 de 31 de dezembro de 1998.

A EFPC mantém controles individuais dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado, através de sistema eletrônico de controle patrimonial, onde estão registrados o valor e a data da aquisição, a depreciação acumulada, o valor da reavaliação, quando apropriada, o valor atualizado e a data da baixa, e efetuou inventário físico dos bens patrimoniais.

d) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança, tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido (provável perda), observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

A administração, baseada em relatório de seus consultores jurídicos, não identificou situação que se enquadre nas condições acima não havendo a necessidade de provisões de tais naturezas.

e) Comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios de caráter previdencial é exigida apenas para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão.

7. Informações Segregadas

Sobre as Despesas do PGA

(Plano de Gestão Administrativa)

Descrição	Acumulados em 2015 em R\$	Acumulados em 2016 em R\$	Acumulados em 2017 em R\$
Pessoal e Encargos Próprio	321.185,15	360.286,33	398.848,59
Estagiários	0	0	1.653,00
Treinamentos Congressos e Seminários	21.126,50	0	73.589,60
Viagens e Estadias	17.902,85	41.150,20	36.036,05
Serviços de Consultoria - Outros (Corretores de Seguros)	251.625,12	265.426,98	379.844,53
Serviços de Consultoria Atuarial	24.500,00-	-	
Serviços de Consultoria Contábil	38.724,86	39.847,44	49.500,00
Serviços de Consultoria Jurídica	-	-	30.000,00
Serviços de Consultoria Recursos Humanos	-	-	4.338,00
Serviços de Informática	61.250,69	88.470,53	126.889,46
Serviços de Gestão e Planejamento Estratégico	-	-	13.102,13
Serviços de Auditoria Contábil	3.000,00	13.000,00	15.000,00
Tarifas Bancárias	87.081,64	99.150,88	115.971,25
Serviços de Consultoria de Investimentos	-	-	13.500,00
Despesas Gerais	229.848,18	504.920,28	457.886,22
Tributos - Pis COFINS e Tatic	83.402,52	128.832,46	107.602,55
Depreciações e Amortizações	10.814,83	16.021,42	38.076,36
Contingencias	305,83-	-	
SOMA - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.150.768,17	1.557.106,52	1.861.837,74

8. Parecer Atuarial do Plano de Benefícios

8.1 Objetivo

Este parecer tem como objetivo atender à Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006, que em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece a disponibilização do parecer atuarial do plano de benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Instrução PREVIC nº 12, de 13/10/2014, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A Avaliação Atuarial com data-base em 31/12/2017 teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do **Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – Adv-Prev**, administrado pelo **Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Goiás e da CASAG - Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - OABPrev-GO**, bem como avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, os resultados do Plano de Gestão Administrativa da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na citada avaliação e que terão vigência a partir de 01/04/2018.

8.2 Base cadastral

As informações referentes aos participantes ativos, participantes assistidos e beneficiários para a Avaliação Atuarial, foram fornecidas pela Entidade e enviadas em arquivo eletrônico pela administradora do sistema de cadastro, com data-base em 31/12/2017 em formato “xls”.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2017. Foram também utilizadas para esta avaliação as informações contábeis fornecidas pela OABPrev-GO.

Em análise às informações encaminhadas, verificou-se na base de dados 4.682 participantes e assistidos, assim distribuídos:

- a) 3.348 participantes ativos contribuintes;
- b) 846 participantes licenciados;
- c) 444 indivíduos com inscrição cancelada e com valores remanescentes em saldos de Conta Individual;
- d) 24 participantes assistidos; e
- e) 20 beneficiários em gozo de benefícios.

8.3 Hipóteses atuariais

O Regulamento Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, em seu item 1, determina que as hipóteses atuariais, sejam estas biométricas, demográficas, econômicas ou financeiras, devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, para vigência a partir de 01/04/2018, considerando-se a manifestação da Entidade quanto ao Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais – ETAH 07/2017, desenvolvido pelo atuário do Plano de Benefícios Adv-Prev, são:

a) Taxa Real de Juros: 5,00% ao ano;

Justificativa da Entidade para adoção desta hipótese:

A Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, com suas posteriores alterações (item 18 do Anexo), confirmada pela Instrução PREVIC nº 19, de 04/02/2015 (§1º do artigo 6º), estabelecem que o plano que apresente benefício com características de Contribuição Definida e utilize taxa de juros real anual nos cálculos de seus benefícios, deve adotar taxa real de juros anual dentro do intervalo estabelecido considerando a duração do passivo de dez anos. Neste sentido, a Taxa de Juros Parâmetro para a duração do passivo de 10 anos, observando a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, segundo a Portaria PREVIC nº 375, de 17/04/2017, é de 6,26% a.a., sendo o limite inferior de 4,38% a.a. e o limite superior de 6,66% a.a.

A Política de Investimento, aprovada para o ano de 2018, apresenta que os objetivos de rentabilidade devem ser fixados sempre tendo em vista o entendimento de que a meta estratégica das entidades de previdência é garantir, no longo prazo, o pagamento de benefícios aos participantes e assistidos. Para o exercício de 2018, a Entidade fixou como objetivo de rentabilidade a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 5% ao ano (INPC+5%), estando este em acordo com a citação no item 3.3 do Relatório de Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais ETAH 07/2017.

b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 - F; e,

Justificativa da Entidade para adoção desta hipótese:

No último exercício a tábua AT 2000-F foi utilizada como hipótese para mortalidade geral. Com base nos resultados dos estudos apresentados no Relatório de Adequação das Hipóteses Atuariais ETAH 07/2017, entendemos que esta deva ser mantida para aplicação durante o ano de 2018.

c) Tábua de Mortalidade de Inválidos; AT 2000 - F.

Justificativa da Entidade para adoção desta hipótese:

No último exercício, a tábua AT 2000-F foi utilizada como hipótese para mortalidade de inválidos. Tendo em vista se tratar de um plano com uma quantidade insuficiente de participantes inválidos para realização de testes de aderência significantes, os resultados dos estudos realizados indicam que, esta hipótese deve ser a mesma utilizada

para mortalidade geral, qual seja AT 2000-F. Assim utiliza-se do conservadorismo para se estimar a expectativa de vida destes participantes, objetivando o recebimento de benefícios pelo tempo esperado.

Sendo este o caso de avaliação de um plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes e beneficiários, mas sim para o cálculo das rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e em seu recálculo anual.

8.4 Resultados atuariais

O Plano de Benefícios Adv-Prev, administrado pela OABPrev-GO, apresentou, em 31/12/2017, resultado de equilíbrio técnico. Apurou-se, conforme apresentado no Anexo I, uma Provisão Matemática de R\$ 93.809.705,86, sendo R\$ 8.601.549,97 referentes à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 85.208.155,89 referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

Por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do Plano de Benefícios Adv-Prev para com os seus participantes e assistidos está limitada ao saldo de Conta Indi-

vidual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando-se assim tal equilíbrio técnico.

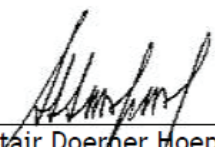
Desta forma, atesta-se atuarialmente que as informações constantes neste parecer foram devidamente avaliadas e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas pela OABPrev-GO, referentes à data-base 31/12/2017.

A rentabilidade auferida pelos recursos do plano em 2017, considerando-se as cotas vigentes em 31/12/2016 e 31/12/2017, foi de 11,03%. No mesmo período, o índice de referência, variação do INPC acumulado com a taxa real de juros fixada na avaliação de 5,00% ao ano, acumulou 7,04%.

Por fim, quanto ao Plano de Gestão Administrativa, verificou-se a sua sustentabilidade em 2017, por conta da cobertura de despesas administrativas pelas correspondentes receitas, bem como pela utilização de recursos acumulados no Fundo Administrativo, quando necessário. Contudo, observou-se no exercício de 2017 um aumento de 12,16% do Fundo Administrativo em relação ao ano de 2016, já que em 31/12/2016 correspondia a R\$ 2.857.497,25 e apresentava em 31/12/2017 um montante de R\$ 3.204.854,38.

Considerando-se todo o exposto no presente parecer, é o caso de concluir que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – Adv-PREV encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2018.


Altair Doerner Hoepers
Atuário MIBA 774

9. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Participantes do

Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - OABPREV-GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás, e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (“OABPrev-GO”)**, que compreendem o balanço patrimonial (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela OABPrev-GO, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC Nº. 8/2011) em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas do plano de benefício para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás, e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (“OABPrev-GO”)** em 31 de dezembro 2017, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar-CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade

com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **OABPREV-GO**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do

Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob nossa responsabilidade, onde emitimos relatório de auditoria, com data de 15 de março de 2017, com opinião não modificada (sem ressalvas) sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás, e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (OABPrev-GO) é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do **OABPrev-GO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **OABPrev-GO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **OABPrev-GO**

são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver

o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **OABPrev-GO**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do **OABPrev-GO**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **OABPrev-GO** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

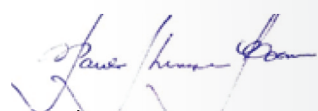
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determina-

mos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 13 de março de 2018.



BRAVAU Auditores Independente SS
CRC GO – 001818/O-8
Marcelo Alejandro Galindo Bravo
Contador CRC GO 015750/O-4



Paulo-Henrique Coan
Contador CRC GO 22.011/O-8

10. Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB, Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPrev-GO, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, do Plano Adv-PREV e do PGA – Plano de Gestão Administrativa, e tomando como base o Parecer dos auditores independentes, BRAVAU Auditores Independentes SS, é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Goiânia, 19 de março de 2018.

Renato Gonçalves Rodrigues
RENATO GONÇALVES RODRIGUES
Presidente

Elton Gomes de Oliveira
ELTON GOMES DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

Giovana G. de Miranda
GIOVANA GUIMARÃES DE MIRANDA
Conselheira



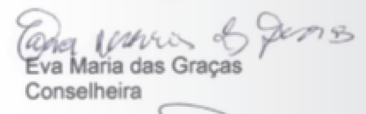
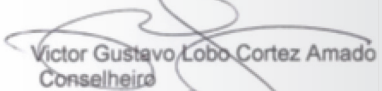
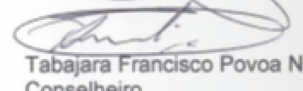
11. Manifestação do Conselho Deliberativo

Seccional de Goiás e da CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás – OABPREV-GO, em cumprimento às disposições estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas, e Demonstrações Complementares referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017.

Destarte, fundamentado no parecer do Auditores Independentes – BRAVAU Auditores Independentes SS, e ainda, no parecer elaborado pelo Conselho Fiscal, aprovamos, sem restrições, os documentos acima mencionados.

Nós, membros do Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB,

Goiânia, 20 de março de 2018.

 Marcia Queiroz Nascimento Presidente	 André Juliano Ferreira da Luz Vice-Presidente
 Eduardo Antunes Scartezini Conselheiro	 Eva Maria das Graças Conselheira
 Jander Araújo Rodrigues Conselheiro	 Victor Gustavo Lobo Cortez Amado Conselheiro
 Newton Emerson Belluco Conselheiro	 Tabajara Francisco Povia Neto Conselheiro
 Tarcio Fernandes de Lima Conselheiro	



12. Missão, Visão e Valores

OABPrev
GOIÁS/TOCANTINS
A Previdência do Advogado

Missão: Gerir e promover plano de previdência privada aos advogados e seus dependentes, com total transparência e segurança, contribuindo assim para um futuro tranquilo de seus participantes e beneficiários.

Visão: Ser reconhecida pelo setor da advocacia como a melhor entidade de previdência privada, por sua excelência na gestão, transparência, segurança e rentabilidade.

Valores:

- Rentabilidade
- Ética
- Responsabilidade corporativa
- Segurança
- Transparência

www.oabprevgo.org.br



13. Membros Conselhos Deliberativo e Fiscal, Diretoria Executiva, Corpo Administrativo e Parceiros

CONSELHO DELIBERATIVO

• Titulares

- » Presidente: Dra. Márcia Queiroz Nascimento
- » Vice-Presidente: Dr. André Juliano da Luz Ferreira
- » Conselheiro: Dr. Eduardo Antunes Scarterzine
- » Conselheiro: Dra. Eva Maria das Graças
- » Conselheiro: Dr. Francisco Sena da Silva
- » Conselheiro: Dr. Victor Gustavo Lobo Cortez Amado
- » Conselheiro: Dr. Tabajara Francisco Povia Neto
- » Conselheiro: Dr. Newton Emerson Belluco

• Suplentes

- » Conselheiro: Dr. Antonio Carlos da Silva Magalhães
- » Conselheiro: Dr. Jander Araújo Rodrigues
- » Conselheiro: Dr. Tércio Fernandes Lima

CONSELHO FISCAL

• Titulares

- » Presidente: Dr. Renato Gonçalves Rodrigues
- » Vice-Presidente: Dr. Elton Gonçalves de Oliveira
- » Conselheiro: Dr. Leandro de Oliveira Bastos

• Suplentes

- » Conselheira: Dra. Giovana Guimarães de Miranda
- » Conselheiro: Dr. Rômulo Pereira da Costa
- » Conselheira: Dra. Viviany Souza Fernandes

DIRETORIA EXECUTIVA

- » Diretor Presidente: Dr. Enil Henrique de Souza Neto
- » Diretora Administrativa Financeira: Dra. Keila Cristina Eustáquio
- » Diretora de Benefícios: Dr. Samuel Pereira Junio

CORPO ADMINISTRATIVO

- » Gerente Geral: Marlene Gontijo dos Reis Almeida
- » Coordenador Financeiro: Alex Vieira Rego
- » Coordenadora Administrativa: Roberta Nunes dos Santos
- » Coordenadora Comercial: Aline Azevedo de Carvalho
- » Auxiliar Administrativa: Bruna de Farias

CONTROLLER

- » PGS CONTABILIDADE - Pedro Guida Sobrinho

ASSESSORIA JURÍDICA

- » MARTINS E BRUM ADVOGADOS S/S- Dr. Luiz Fernando Brum dos Santos

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

- » ADITUS CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA

CORRETORAS PREVIDENCIÁRIOS (VENDAS)

- » Ancora Corretora de Seguros EIRELI
- » Eriedna Corretora de Seguros e Previdência EIRELI
- » LG Corretora de Seguros de Vida EIRELI
- » Magnificat Corretora de Seguros de Vida e Previdência EIRELI
- » Said Corretora de Seguros de Vida EIRELI ME
- » Tafer Administração e Corretora de Seguros LTDA – ME
- » Triunfo Corretora de Seguros de Vida e Previdência LTDA
- » Victorino Corretora de Seguros de Vida e Previdência LTDA



14. Canais de Atendimento

Endereço:

Av. Olinda, Quadra 4 Lote 2 - Torre I - 14º andar

Salas 1406 a 1412, Park Lozandes

CEP 74.884-120 | Goiânia(GO)

E-mail:

oabprevgo@oabprevgo.org.br

Telefone:

0800 887 0947

Área Restrita Participante:

<http://areaparticipante.OABPrevGO/TO.maab.adm.br>



 **CLUBE DE
VANTAGENS**

**O programa de descontos
exclusivo dos participantes
da entidade.**

15. Parceria Estratégica

MONGERAL AEGON

Construa seu amanhã

16. Instituidores



Casag



CAA





12 anos
Nosso presente é
cuidar do seu futuro.